

A POLÍTICA PÚBLICA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA VISÃO COMPARATIVA DOS MODELOS DE ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

PUBLIC POLICY ON VOCATIONAL TRAINING: A COMPARATIVE VIEW OF WELFARE STATE MODELS

José Rodrigo Paprotzki Veloso

Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas,

São Paulo, Brasil

rodrivel@alumni.usp.br | orcid.org/0000-0002-1744-0868

Resumo

Este *paper* analisa o papel de políticas públicas de qualificação e requalificação de trabalhadores na articulação entre políticas ativas de mercado de trabalho e políticas educacionais nos termos da tipologia de Estados de Bem-Estar Social anunciada por Esping-Andersen. Por meio da adoção de abordagem dedutiva, é empregado o método de procedimento histórico-comparativo cuja pesquisa se desenvolve por meio de levantamento bibliográfico. Desta forma, ao analisar o contexto histórico e político da Alemanha, Grã-Bretanha e Suécia, é possível constatar que os modelos de Estados de Bem-Estar Social distintos carregam elementos específicos de visões de mundo sobre trabalho e emprego que se reproduzem em suas políticas públicas de qualificação e requalificação de trabalhadores, e cuja agenda de reforma dos modelos também implica o redesenho daquelas políticas e de seus objetivos.

Palavras-chave: Estado de Bem-Estar Social; Formação Profissional; Política Pública.

PUBLIC POLICY ON VOCATIONAL TRAINING: A COMPARATIVE VIEW OF WELFARE STATE MODELS

Abstract

This paper analyzes the role of public policies for the qualification and requalification of workers in the articulation between active labor market policies and educational policies within the typology of Welfare States proposed by Esping-Andersen. Using a deductive approach, the historical-comparative method is employed, with research conducted through a literature review. Thus, by analyzing the historical and political context of Germany, Great Britain, and Sweden, it is possible to observe that the distinct models of Welfare States carry specific elements of worldviews on work and employment that are reproduced in their public policies for the qualification and requalification of workers, and whose reform agenda also implies the redesign of those policies and their objectives.

Keywords: Welfare State; Vocational Training; Public Policy.

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



Resumen

Este artículo analiza el papel de las políticas públicas de cualificación y recualificación de los trabajadores en la articulación entre las políticas activas del mercado laboral y las políticas educativas, dentro de la tipología de Estados de Bienestar propuesta por Esping-Andersen. Mediante un enfoque deductivo, se emplea el método histórico-comparativo, con una investigación basada en la revisión bibliográfica. Así, al analizar el contexto histórico y político de Alemania, Gran Bretaña y Suecia, se observa que los distintos modelos de Estados de Bienestar incorporan elementos específicos de sus concepciones del trabajo y el empleo, que se reproducen en sus políticas públicas de cualificación y recualificación de los trabajadores, y cuya agenda de reformas implica también el rediseño de dichas políticas y sus objetivos.

Palabras clave: Estado de bienestar; formación profesional; políticas públicas.

Introdução

Este *paper* se presta a analisar criticamente o papel de políticas públicas de qualificação e requalificação de trabalhadores na articulação entre políticas ativas de mercado de trabalho e políticas educacionais nos termos da tipologia de Estados de Bem-Estar Social anunciada por Esping-Andersen (1991). Será possível observar que estas iniciativas não se configuraram como mecanismos alheios ao processo histórico de cada país, ao contrário, a estrutura da política pública apresenta particularidades que se associam às características dos Estados do Bem-Estar Social. Em relação ao seu aprimoramento ao longo do tempo, suas características se coadunam àquelas das reformas destes Estados de Bem-Estar Social.

A seleção da política pública em apreço se justifica pela emergência de novos elementos associados à economia do conhecimento neste primeiro quartel do século XXI, os quais sinalizam a discussão de agenda social prioritária pelos países sem a qual o processo de desigualdade há de aumentar devido à acentuação do desemprego tecnológico. As políticas de qualificação e requalificação ou formação profissional (aqui empregadas como sinônimos), portanto, apresentam diálogo com a literatura do campo da ciência política conforme já apontado por Thelen (2004), caracterizando-se como temática multidisciplinar.

Desta forma, o presente estudo se limitará a analisar a relação destas políticas públicas em três países representativos dos modelos de Estados de Bem-Estar Social. Em primeiro lugar, a Suécia será o modelo dos regimes social-democratas; na sequência, a Alemanha será o país selecionado no caso dos regimes conservadores e, por fim, a Grã-Bretanha será o exemplo do regime liberal. Cabe salientar que a generalização seria um equívoco na medida em que há elementos característicos diferenciados dentro de cada regime (na condição de *subclusters*), de modo que o objetivo é a associação de particularidades da política com os modelos dos regimes, e não a generalização de um entendimento das políticas públicas de qualificação e requalificação de trabalhadores.

Adotando abordagem dedutiva, será empregado o método de procedimento histórico-comparativo cuja pesquisa se dará através de levantamento bibliográfico. Desta forma, além desta introdução, o *paper* apresenta em seu desenvolvimento duas seções. A primeira contextualiza os regimes de Estados de Bem-Estar Social analisados, aprofundando a análise nas políticas ativas de mercado de trabalho e formação profissional. Já a segunda pormenoriza o desenvolvimento histórico da relação entre estas políticas com maior ênfase no direcionamento de ações de primeiro emprego ao público jovem, evidenciando como se organizaram os interesses mobilizados e a burocracia nacional ao longo do tempo para sua configuração, sobretudo relevando o que estava em jogo. Finalmente, o estudo se encerra com as considerações finais as quais convergem para a reforma dos Estados de Bem-Estar Social e seus reflexos nestas políticas.

1. Os regimes de Estados de Bem-Estar Social e suas políticas

Visando esclarecer que o montante de investimento em políticas sociais não é o melhor critério para analisar como os Estados lidam com a desigualdade, Esping-Andersen (1991) aponta a necessidade de resgatar a origem dos regimes de Bem-Estar Social. Assim, destaca as iniciativas de Bismarck no final do século XIX para prover mecanismos de segurança social

aos trabalhadores como uma ação estratégica em prol do enfraquecimento dos sindicatos na Alemanha. Este movimento nos países centro-europeus se associava à forte influência católica, cuja penetração na classe trabalhadora era significativa e que mobilizou um humanitarismo social de natureza conservadora e antagônica aos princípios revolucionários. De qualquer modo, a perspectiva dos partidos trabalhistas abrangia alguns pontos fundamentais em uma agenda política, destacando-se a instituição de mecanismos que assegurassem amplos níveis de empregabilidade.

O regime de Estado de Bem-Estar Social corporatista (PETERS, 2001) ou conservador, é aquele que se tornou característico dos países da Europa central, predominantemente estatista com forte influência do catolicismo de forma que o empregador ocupa um papel paternalista na estrutura social. A estrutura de direitos sociais não se ampara em uma questão de ampla cidadania, mas a partir da amplitude das categorias profissionais organizadas que obtêm maiores condições de barganha junto aos sindicatos patronais na defesa de seus interesses. Logo, categorias com melhores condições de organização, como os trabalhadores portuários de Roterdã, os trabalhadores da indústria mecânica de Dortmund, metalúrgicos de Metz ou da indústria automotiva de Turim apresentavam forte condição de manutenção de garantias de seus direitos sociais. Nestes países, os partidos conservadores, como a democracia cristã cuja formulação ideológica fora influenciada por encíclicas que se prestavam ao estímulo da reforma do capitalismo, eram predominantes embora a presença de partidos trabalhistas não fosse ignorada, o que implicou a manutenção da relevância de políticas sociais aos estratos mobilizados (HUBER e STEPHENS, 2012).

O modelo social-democrata, ao contrário do regime conservador, é aquele cujo provimento de políticas sociais não se fundamenta sobre uma estrutura ocupacional politicamente organizada, mas pela premissa de ampla cidadania. Presente nos países escandinavos, prevalecem princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais que chegam a alcançar até a classe média. A denominação social-democrata não é à toa, pois é

justamente esta a força dominante no governo a qual busca abolir dualismos ao promover princípios de igualdade com padrões de qualidade, ao invés de padrões mínimos. Trata-se de um modelo fortemente solidário que exclui o mercado como opção de provedor de direitos e serviços sociais, de forma que somente o pleno emprego é capaz de sustentar. De forma distinta do regime conservador, os trabalhadores das indústrias mecânicas de Estocolmo e de estaleiros em Malmö, a despeito de seu nível de mobilização e reconhecimento público frente à participação da indústria na economia sueca, gozavam dos mesmos benefícios sociais que outros profissionais, sindicalizados ou não, trabalhadores braçais ou não. Esping-Andersen (1991) aponta que uma das características mais emblemáticas deste regime tenha sido a fusão entre serviço social e trabalho: o direito à renda se equipara ao direito ao trabalho.

Por fim, o regime liberal revela-se predominante nos países de língua inglesa. Nestes casos, a posição do Estado no provimento de direitos sociais é limitada, com foco àqueles à margem da sociedade e sem prejuízo da conotação das iniciativas como estigmatizantes, pois o propósito é permitir que o mercado dê conta do provimento de direitos sociais. O cenário revela baixo sucesso de partidos de esquerda na competição eleitoral de forma que clusters industriais não apresentam vantagem às categorias profissionais, ao contrário, o modelo enfatiza fortemente um processo de mobilização do indivíduo para buscar sistemas de segurança social privados, revelando-se o oposto do modelo social-democrata. A progressão das políticas liberais na Grã-Bretanha no final dos anos 1970, por exemplo, confrontou a sólida organização de trabalhadores especializados como os mineiros de Yorkshire. Neste regime, a variação de salário e a capacidade dos trabalhadores em sustentar meios para sua subsistência foge do controle do Estado para que prevaleça a relação de oferta e demanda entre indivíduos e empregadores.

Huber e Stephens (2012) destacam que, ao longo da segunda metade do século XX, a classe trabalhadora braçal do chão de fábrica era aquela predominante das sociedades industrializadas, ainda que não fosse majoritária em relação à somatória das demais. Assim, a taxonomia apresentada acima

denota, a despeito da relevância da classe trabalhadora presente nos *clusters* industriais de relevo nacionais, alteração significativa de como o Estado mobilizou políticas sociais que objetivaram segurança econômica, redistribuição e emprego.

Ao analisar como se deram as políticas de mercado de trabalho, Kenworthy (2010) analisa o protagonismo histórico da Suécia ao desenvolver programas de requalificação para o trabalho no início dos anos 1950. O autor destaca que há três estratégias fundamentais neste sentido: em primeiro lugar, a adoção de política ativas que buscam reequilibrar a relação entre oferta e demanda de mão de obra, incluindo requalificação, adoção de sistemas de colocação de emprego, assistência financeira temporária e subsídios fiscais (permanentes ou temporários) a empregadores para incentivar a contratação. A segunda estratégia envolve ações diretas do poder público como promoção do emprego público e sobretaxação de setores econômicos menos intensivos de mão de obra. A terceira, finalmente, visa não somente ao aumento da empregabilidade como à sua qualidade; para tanto, o foco se dá em políticas que versam sobre o desenvolvimento de habilidades, sistemas de *match* (colocação adequada) e mobilidade de trabalho. As iniciativas podem se caracterizar de forma muito diferenciada em termos de amplitude para promoção do lado da demanda, como o privilégio de setores econômicos estratégicos, do ponto de vista de alta absorção de mão de obra, por exemplo, ou no direcionamento de populações estratégicas, como jovens, imigrantes, pessoas em vulnerabilidade, minorias étnicas etc.

Kenworthy (2010) aponta que nos regimes de Bem-Estar Social as taxas de emprego estão positivamente correlacionadas ao nível de escolaridade de forma ascendente em termos da maior empregabilidade segundo o nível máximo de educação atingida. Logo, há um esforço inevitável por parte dos *policymakers* para a promoção da empregabilidade por meio da elevação do desempenho educacional.

O autor não tipifica claramente como as políticas de mercado de trabalho se categorizam especificamente de acordo com o enquadramento proposto por

Esping-Andersen (1991). No entanto, destaca que os países que adotam o modelo social-democrata tendem a ser os mais altos em termos da dimensão e extensão de políticas e programas de ativação e mercado de trabalho, seguido pelos regimes conservadores. Já os países que adotam o regime liberal se colocam em último neste aspecto. Para os três modelos, no entanto, ressalta que os programas e políticas se combinam de diversas formas, inclusive em relação a outros aspectos relacionados à assistência social e legislação trabalhista, de forma a concluir que há trilhas distintas em relação às políticas de mercado de trabalho adotadas e que há não perspectivas para que estas medidas sejam homogeneizadas ou ainda revertidas.

Isto posto, na medida em que há afinidades entre políticas de mercado de trabalho e políticas educacionais, é notório que a discussão evolua para esta última dimensão. Busemeyer e Nikolai (2010) enfatizam que em alguns regimes de Bem-Estar Social a educação é parte intrínseca ao seu modelo de política social, ao passo que em outros, as dimensões são nitidamente separadas. Os autores salientam três modelos pelos quais a educação se relaciona com as políticas sociais dos Estados de Bem-Estar Social. Em primeiro lugar, políticas educacionais são compreendidas como equivalentes às políticas sociais. Uma segunda análise resulta na compreensão de que as políticas educacionais e sociais são complementares, ao invés de alternativas entre si. Finalmente, uma terceira e mais recentemente adotada perspectiva corre no sentido de compreender a educação como investimento social do Estado e relacionado às políticas ativas de mercado de trabalho.

Busemeyer e Nikolai (2010) observaram uma correlação positiva entre maior gasto com políticas sociais e maior gasto com educação pelo qual, segundo eles, legitima o argumento de T. H. Marshall ao apontar que o direito à educação é um dos genuínos direitos sociais de cidadania, não associado a uma faixa etária em particular, mas do cidadão em sua completude em ter recebido oportunidades educacionais do Estado ao longo da vida. No entanto, há particularidades dentro de cada modelo. Se os regimes social-democratas apontam alto investimento em educação e políticas sociais, os regimes

conservadores gastam mais com programas sociais do que em educação. Já os regimes liberais, embora apresentem gastos abaixo dos demais modelos, ainda assim os gastos com educação são maiores que em programas sociais.

Alheio à comparação com programas sociais, dentro do panorama educacional há ainda outras particularidades avaliadas por aqueles autores. Os países escandinavos apresentam despesas altas com educação pública e baixos valores no investimento privado, de forma que a maior parte da população apresenta a conclusão do ensino secundário. Os modelos educacionais destes países apresentam forte articulação com os mecanismos de formação profissional, amplamente providenciada por redes de escolas vocacionais, cujo propósito é prioritariamente despertar o jovem para o mundo do trabalho e subsidiariamente qualificá-lo (o que recai às escolas técnicas). Na Suécia, o modelo vocacional se articulou ao sistema de educação nacional, providenciado como direito universal a partir do final dos anos 1950. No entanto, desde o final do século XX, reformas foram implementadas com vistas à introdução de escolas privadas e subsidiadas visando à limitação do papel do Estado e maior ênfase à qualificação em si.

Os regimes conservadores variam significativamente. No entanto, de modo geral, os investimentos privados na educação são baixos e níveis altos da população com educação no nível secundário. Há forte relação com mecanismos de formação profissional, porém, articulados de modo distinto dos países escandinavos. Sobretudo na Alemanha prepondera o chamado modelo de formação profissional dual, pelo qual parte da instrução se dá em escolas dirigidas para esta finalidade, ainda que articuladas ao sistema de educação nacional, e parte se dá em empresas de forma a constituição de vínculo de emprego formal com os jovens estudantes (VELOSO e RODRIGUES, 2016). Assim, há um viés de gasto não público à educação geral alemã que a diferencia, por exemplo, do modelo sueco.

Finalmente, os regimes liberais caracterizam-se por níveis baixos em termos de gastos públicos com educação se comparados aos investimentos do setor privado. Registra-se também baixo financiamento público da educação. Já

o percentual da parcela da população com ensino superior é mais alta do que países dos outros regimes comparados. Especificamente na Grã-Bretanha, estas características são preponderantes, embora peculiariza-se o financiamento público de instituições de ensino superior formalmente independentes e uma maior ênfase na formação profissional do que em outros países de língua inglesa.

Gomes (2015) realiza uma comparação entre os modelos de formação profissional entre os países. Mais recentemente, a Suécia tem buscado na formação profissional um caminho mais objetivo. Problemas específicos das últimas décadas como desemprego juvenil, envelhecimento populacional, declínio da escolaridade de alguns grupos populacionais e, mais criticamente, uma distância entre o que se ensinava no conteúdo vocacional e a realidade (e necessidades) do mundo do trabalho. O autor aponta que o motivo se dá pela baixa articulação entre empresas e setor educacional. Neste sentido, reformas foram realizadas para reduzir as quantidades de habilitações profissionais, favorecendo certa polivalência e fomentando a adoção de agenda semelhante ao tradicional modelo dual alemão. Visto como um modelo que responde de forma lenta à economia do conhecimento, é possível que sua limitação seja a própria estrutura do estado unitário sueco.

Para além do que já foi abordado, o modelo alemão caracteriza-se fortemente com a ideia de que a qualificação se dá por meio da relação entre a formação e o trabalho concreto e planejado. As empresas que se mobilizam para o desenvolvimento da formação profissional buscam imprimir seu modo de trabalho e seus valores culturais, o que é alicerçado por meio de forte articulação tripartite entre sindicatos de trabalhadores, representações patronais e o Estado. No sistema educacional alemão há segregação entre aqueles que ascendem ao ensino superior e aqueles que se dirigem à profissionalização, sem prejuízo à reputação da trilha escolhida, uma vez que o sistema amparado por empresas não é barato e, também por conta disso, é socialmente prestigiado. O modelo, no entanto, tem sido criticado pela sua contribuição à economia do conhecimento na medida em que cada vez mais a

Alemanha é instigada à competição internacional. Se por um lado não deixam de existir problemas semelhantes aos apontados no modelo sueco, os investimentos por parte do Estado e das empresas são altos e há lacunas em relação à ascensão ao ensino superior. Ao contrário do estado unitário sueco, a estrutura federal alemã permite maior flexibilidade de currículos e soluções formativas de acordo com os arranjos produtivos locais, possibilitando soluções mais ágeis.

Por fim, o modelo britânico apresentado por Gomes (2015) revela uma mudança histórica. O modelo durante grande parte do século XX assemelhou-se à estrutura sueca, porém a análise crítica apontada àquele país fora empregada ao modelo britânico já no início dos anos 1980 de forma a conferir-lhe progressivamente maior autonomia, flexibilidade e gestão de corte empresarial. No entanto, distante do caráter estruturado do regime dual alemão, o modelo britânico fomenta a liberdade dos agentes formadores (vinculados ou não ao sistema educacional formal, gratuitos ou não) e sem adesão maciça do setor empresarial (que não vislumbra vantagens em formar para o mercado de trabalho e não para si). Desta forma, o sistema de formação profissional britânico constantemente em readequação e caracterizado por baixa normatização ainda não conseguiu estabilizar-se, visto que os problemas diagnosticados há 30 anos somam-se a novos, como os apontados no cenário alemão. Como citou Pierson na busca pelo aprimoramento do modelo, “há diversas conexões entre os arranjos do regime de Bem-Estar Social e o modelo livremente desorganizado do próprio capitalismo” (2001, p.432).

2. Os interesses organizados

Considerando o disposto por Arretche (1995) ao apontar que a consolidação da fábrica implicou radical transformação nas sociedades ao ponto de gerar novos mecanismos de coesão social, a gestão sobre a formação profissional assume um papel mais relevante do que meramente dar acesso a conhecimento e técnicas às pessoas para trabalharem.

Por um lado, a gestão da formação profissional implica em controlar os saberes e técnicas que a classe trabalhadora disporá no chão de fábrica.

Compreende uma problemática pela qual os trabalhadores terão acesso a mais ou menos recursos educacionais para o controle de máquinas, o que leva ao controle da produção e, conseqüentemente, ao controle da lucratividade do empreendimento. Além disso, os recursos educacionais são fundamentais para o aspecto da competitividade, considerado sobretudo no nível da empresa à luz do objetivo do pleno emprego, mas assumindo um caráter de competição global mais recentemente na economia do conhecimento entre os países. Por outro lado, a gestão da formação profissional corresponde ao controle da quantidade de mão de obra disponível para pesar de um ou outro lado da balança na relação entre oferta e demanda, de forma que um desequilíbrio na oferta para um maior contingente de pessoas qualificadas tornaria a negociação sindical desfavorável aos sindicatos. Assim, a política social que se propõe a qualificar e requalificar trabalhadores mobiliza grupos de interesse em relação a aspectos estratégicos que lhes concernem e que se colocam para além da discussão do direito social à formação para o trabalho, envolve também aspectos etários, pecuniários, de insalubridade dentre outros.

Nestes termos, se for considerado o disposto por Huber e Stephens (2012) pela qual a manutenção de habilidades intangíveis compõe parte dos ativos de uma classe social, a gestão sobre a formação profissional para os Estados de Bem-Estar Social revela-se mais do que uma política social dentre outras do leque de políticas ativas de mercado de trabalho, mas um elemento pelo qual o Estado se posicionará nos termos de suas premissas em relação à necessidade ou não de atuar como árbitro. Ratificando, esta leitura vai ao encontro da interpretação de O'Connor citado por Arretche (1995) ao apontar que o Estado de Bem-Estar Social é uma resposta às necessidades do capitalismo. Portanto, as políticas de formação profissional constituem-se simultaneamente em

- (a) Capital Social: são gastos destinados a garantir a acumulação de capital. O gasto estatal sob a forma de capital social é subdividido em dois tipos: i) investimento social, destinado a aumentar a produtividade dos trabalhadores e ii) consumo social, destinado a rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho. (b) Despesas Sociais: são gastos destinados a lidar com os efeitos do

processo de acumulação e, portanto, para garantir a harmonia social e a legitimação (ARRETCHE, 1995, p.21).

Já na visão de Titmuss, também citado por Arretche (1995) pela qual a origem dos programas sociais destes Estados se ampara na complexidade da divisão do trabalho motivada pela industrialização, consolida-se o fundamento da evolução de política de formação profissional na Alemanha na perspectiva do desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, o que será contextualizado a seguir, dando sequência aos demais modelos.

No caso alemão, o modelo de governança da estrutura de formação profissional antecede não apenas o Estado de Bem-Estar Social, mas a Revolução Industrial. Segundo Veloso e Rodrigues (2016), o tradicional sistema de formação profissional é tributário da cultura das corporações de ofício medievais e grêmios de artesãos desde a baixa Idade Média. Neste cenário que evoluiu incrementalmente por séculos, o processo de aprendizado de um ofício era considerado um patrimônio mediante a perspectiva de reserva de mercado, visando preservar quantitativamente e qualitativamente a estrutura da oferta de mão de obra tendo como elemento central a figura do aprendiz, existente até hoje embora muito transformada.

Com o início da industrialização do país, as fábricas competindo com mestres de ofícios e a emergência dos primeiros sindicatos patronais, o cenário de disputa dos interesses organizados torna-se mais complexo, sobretudo com o advento das Reformas Stein-Hardenberg no primeiro quarto do século XIX. Visando reestruturar a administração pública prussiana e diversas dimensões do Estado, estas se desdobraram em diversos movimentos, desde a reforma educacional dirigida por Wilhelm von Humboldt que plantou as sementes da articulação entre a educação geral e a formação para o trabalho, quanto a quebra de monopólio dos grêmios para flexibilizar todos os aspectos relacionados à industrialização. Uma das figuras centrais desta iniciativa foi a criação de uma organização de direito público dotada de autonomia administrativa denominada câmara, proeminentes na segunda parte do século

XIX, e cada qual voltada para um grande setor da economia e estruturada por províncias.

Dentre suas diversas funções, as câmaras configuraram-se em arenas para se discutir os papéis assumidos por diversos atores interessados na formação profissional do país. Assim, competia aos grêmios supervisionar a qualidade da formação, ao passo que o Estado *bismarckiano* atendeu aos sindicatos patronais o pleito em relação à liberdade do aspecto quantitativo. Na medida da desimportância crescente dos grêmios de artesanato (cujos profissionais convertem-se à pequena manufatura em oposição às grandes indústrias), somente no começo do século XX, e mais enfaticamente no âmbito da República de Weimar, os sindicatos de trabalhadores começam a integrar as câmaras demandando não apenas discutir aspectos qualitativos quanto também os quantitativos. O Estado compreendeu a pertinência do pleito permitindo espaço para negociação entre os sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais. Desta forma, antes da Segunda Guerra Mundial, cada arranjo ocupacional se desenvolveu e se fechou em termos da valorização da formação profissional. Assim, por exemplo, tornou-se inevitável que o sistema educacional alemão no Vale do Ruhr se articulasse à necessidade da formação de profissionais na indústria de mineração local, uma vez que se tratava de um setor economicamente forte.

Este foi o embrião da valorização da política de formação profissional que se desenvolveu de forma mais enfática a partir da gestão Adenauer, pela qual os papéis do Estado e da iniciativa privada foram legalmente delimitados, porém sem prejuízo à necessidade de articulação entre os sindicatos e câmaras. O Estado de Bem-Estar Social alemão compreendeu que a formação profissional historicamente organizada era um patrimônio nacional pelo qual se alicerçava tanto sua economia quanto a educação de seus jovens, circunstância pela qual mudanças radicais não poderiam ser implementadas. A balança não era totalmente equilibrada, pois a despeito da relevância dos sindicatos de trabalhadores, alguns mais fortes que os outros, os interesses organizados patronais tinham o poder de veto nas províncias de forma chancelada pelas

autoridades públicas onde a indústria organizada era muito mais forte. Desta forma, o sistema prosperou mediante o formato tripartite, em que pese a liderança do setor privado.

Há diversos pontos na história da trajetória das políticas de formação para o trabalho na Alemanha Ocidental na segunda metade do século XX que convergem com o disposto por Esping-Andersen (1991). No final dos anos 1960, por exemplo, um arranjo político entre a democracia-cristã e a social-democracia para dar sustentação à governabilidade da primeira resultou em atendimento ao pleito dos sindicatos de trabalhadores para que houvesse maior controle democrático nas políticas de formação profissional. Desta forma, em 1969 o governo cria uma agência de formação profissional nacional pela qual os sindicatos assumem maior voz, ainda que sem veto, de forma a buscar nivelar os benefícios da formação profissional em caráter nacional apesar da amplitude e relevância dos arranjos da relação capital e trabalho em cada província. Apesar da tensão que a trajetória denota, há notória perspectiva na busca do consenso, de forma que seu resultado foi elevar a formação profissional para um patamar mais elevado no Estado de Bem-Estar Social alemão do que uma mera barganha entre sindicatos, convertendo-se como uma política pública de relevo e amarração entre as dimensões da educação, economia e da política social dirigida à juventude.

Pierson (2001) é enfático ao apontar dois mecanismos de resiliência institucional: a existência de diversos pontos de vetos e a ocorrência de trajetória de dependência. O modelo alemão de formação profissional é um notório exemplo destes mecanismos. Apesar de revelar particularidades em seu desdobramento operacional em diversas localidades do país, o sistema federal alemão com seu bicameralismo e governos formados por meio de coalizões dificultam mudanças radicais. Já o cenário histórico percorrido aponta evidência de trajetória de dependência, não à toa as duas últimas conjunturas críticas que implicaram em reformulação ampla da formação profissional naquele país se deram apenas duas vezes nos últimos 130 anos, em 1897 e em

1969 (VELOSO e RODRIGUES, 2016), de forma a prevalecerem mudanças incrementais.

O modelo britânico apresentou trajetória distinta da alemã. Ainda que compartilhem a relevância histórica das corporações de ofícios, as dinastias Tudor e Stuart criaram mecanismos que motivaram a predominância da grande empresa capitalista de forma que as corporações deixaram de ser relevantes muito antes do que na Alemanha. Assim, quase um século antes da Alemanha o movimento de trabalhadores sindicalizados britânicos, legitimados e com forte representatividade, já se organizavam com vistas à provisão de auxílios mútuos (*Act of Encouragement and Relief of Friendly Societies*, de 1793). Desta forma, dentro da fábrica, a transmissão da cultura do trabalho qualificado se dava a partir do chão de fábrica, isto é, o controle dos trabalhadores. Porém o cenário se alterou enfaticamente na virada para o século XX.

A emergência de novas tecnologias de produção implicou cada vez menos na dependência da mão de obra qualificada, de forma que as indústrias se viram motivadas a contratar trabalhadores não qualificados, os quais aceitavam pagamentos muito menores. A indústria, assim, ao considerar a formação para um trabalho como um instrumento fora de seu domínio e que competiria com as novas tecnologias para aumento da produtividade, chega a promover locautes por compreender que poderia simplesmente substituir o trabalho mais qualificado por mero labor. O poder público não promoveu qualquer associação entre os mundos da educação e do trabalho, no entanto, a pressão dos sindicatos motivava, há décadas, uma série de atos legais e providências fiscalizatórias que impediam a configuração de casos de exploração da mão de obra, como notórios casos de periculosidade e insalubridade. Ainda assim, desde a Primeira Guerra Mundial configurou-se uma tolerância excessiva em relação aos casos de precarização, sobretudo de menores de idade. O que se observa é que a formação para o trabalho na Grã-Bretanha, ao contrário da Alemanha, submergiu da pauta na medida em que a discussão sobre precarização ocupou a agenda. Os *job centers*, iniciativas públicas fundadas em 1936 para combate aos efeitos da Crise de 1929, por exemplo, nunca

mobilizaram outra ação senão registros para o provimento de seguro-desemprego.

Com o *Education Act* em 1944, o governo dá início a ações de formação profissional segregada do sistema educacional do país, a partir de uma perspectiva compensatória, isto é, a formação do trabalho dirigido para aqueles que não teriam condições de ascender aos sistemas educacionais que selecionariam para melhores ocupações no mercado de trabalho. Sumariamente, a baixa capacidade e desinteresse dos sindicatos trabalhistas britânicos para se mobilizarem de forma a elevar a formação profissional dos jovens não motiva os gabinetes conservadores britânicos a lidar com o tema em determinada condição para além da perspectiva compensatória educacional. O tema não desaparece, mas notoriamente não exerce pressão aos *policymakers*. Os sindicatos buscam influenciar a agenda em outros aspectos. Segundo Trevisan (2001), uma das medidas legais que conseguiram prevalecer se referia à sua anuência para a instalação de novas máquinas em fábricas.

A partir do gabinete trabalhista de Wilson em 1964 a experiência alemã inspira a proposição de um sistema nacional de formação profissional amparado mediante um sistema de governança tripartite entre Estado, sindicatos e empresas. Entretanto, o modelo não prospera ao longo dos anos e encontra no gabinete Thatcher uma crítica fortíssima na leitura de um modelo que ainda dialoga com uma economia em estagnação. Assim, o gabinete conservador afasta-se do papel de agente indutor ao compreender que a formação profissional não compete ser liderada por sindicatos tampouco pelo Estado, mas pelas empresas na condição de política interna para se manterem competitivas. Na sua esfera, o Estado busca a desregulamentação de profissões, fomenta a polivalência por meio da adoção do sistema por competências e cria mecanismos de incentivo para que a formação profissional seja planejada e realizada pela empresa.

Trevisan (2001) entende que a baixa mobilização dos sindicatos de trabalhadores para qualificar a discussão somente declinou com o tempo,

explicado por dois motivos fundamentais. O primeiro se refere à perda quantitativa de filiados a partir dos anos 1970 e mais enfaticamente na década seguinte, o que acarretou perda de espaço no debate político britânico. O segundo motivo é mais complexo e pode ser compreendido como fato gerador do primeiro e se refere à alteração da estrutura econômico-produtiva nacional:

Por mais estranho e paradoxal que possa parecer, nem a pressão patronal, nem mesmo o garrote ideológico abraçado pelo discurso oficial da era Thatcher, nem sequer o drama do desemprego, explicam a tão acentuada perda de expressão do sindicalismo britânico nesse mesmo período. A mudança no próprio sentido do emprego - coerente com profundas alterações na estrutura de produção da Inglaterra - o explica com densidade muito maior, nos termos em que sempre foi vista a perspectiva da questão sindical (TREVISAN, 2001, pp.90-91).

Depreende-se desta disposição que a Grã-Bretanha se transformava de uma economia industrial para uma economia de serviços, de uma estrutura produtiva alicerçada na quantidade da mão de obra para outra que despontava maior automação nos processos. Em que pese o fato de que todos os países desenvolvidos tenham passado por estas transformações a partir de meados dos anos 1970, o autor sugere que a transição foi mais dura para a classe trabalhadora organizada britânica, a qual se viu inserida em uma agenda de readaptação ao mundo do trabalho sob a agressiva gramática liberal: “o trabalhador deveria ser ‘ensinado’ a perder [a condição de desempregado], recuperando a iniciativa, oferecendo flexibilidade, tornando-se [ele mesmo] competitivo diante das forças do mercado” (TREVISAN, 2001, p.182).

Desde então, a despeito da alternância entre gabinetes trabalhistas e conservadores, o modelo britânico de formação profissional evoluiu de forma incremental, notoriamente caracterizado por um papel do Estado como agente de fomento e de pouca intervenção. Ainda que somente neste século tenha havido busca de maior governança e aumento da ação do Estado para promover programas que fortaleçam a formação para o trabalho na perspectiva para que seja mais estratégica ao país, Veloso e Rodrigues (2016) interpretam que a formação profissional neste caso não se configura como elo entre economia, educação e política social, mas essencialmente circunscrita à

matéria de interesse e competência da iniciativa privada, distante de qualquer ideário acerca de direito social e, por conta disso, inevitavelmente limitado. Finalmente, o modelo sueco. Neste país, o ensino primário já contava com disciplinas voltadas para o despertar vocacional desde a metade do século XIX, sobretudo na condição de herança das guildas medievais. No entanto, a industrialização motiva o posicionamento de classes na defesa de seus interesses de modo objetivo pela qual também se reflete nos aspectos relacionados à formação profissional, o que não difere dos modelos já analisados previamente. Conforme pesquisa de Karlsson, Lundh Nilsson e Nilsson (2018), a estrutura da trajetória das políticas de formação profissional na Suécia pode ser agrupada em três cenários históricos os quais observa-se associação aos períodos de maturidade dos gabinetes que assumiram o controle do governo daquele país.

O primeiro momento transcorre entre o final do século XIX até 1930. A capacidade de organização dos empresários encontra paridade na organização da classe trabalhadora. No entanto, os movimentos em relação à administração científica e racionalização do trabalho propostos pelos empregadores foram acolhidos pelos trabalhadores suecos, ao contrário de seus pares britânicos, mediante a negociação de que o aumento da produtividade geraria aumento da renda média do trabalhador. Em que pese a existência de empresas se valerem de jovens em programas de formação para pouco prover aprendizado e sobretudo valer-se de mão de obra precarizada, o sistema de formação profissional no início do século XX era provido por meio de centros dedicados ao ensino teórico aos jovens de forma que viessem a desenvolver atividades práticas em empresas na condição de aprendizes. Os sindicatos de trabalhadores não buscavam qualquer interferência no provimento de formação profissional, senão denúncias quanto à ineficiência da legislação que acarretava exploração do trabalho precarizado. Este período se caracteriza pela predominância dos liberais no gabinete sueco.

A partir dos anos 1930, a ascensão dos social-democratas ao poder resultou na associação do problema do desemprego juvenil às políticas públicas

de formação profissional. Diferentemente do cenário anterior, o gabinete social-democrata buscou a aproximação das partes interessadas para a expansão da formação profissional de acordo com necessidades reais de mão de obra (KARLSSON, LUNDH NILSSON e NILSSON, 2018). Caracterizado como um segundo momento, o regime subsidia fortemente empresas para prover meios de sustentar a formação profissional dirigida aos jovens, de forma a apresentar forte engajamento de empresas na década de 1950. Porém, divergência de interesses entre sindicatos de trabalhadores e empregadores em relação aos rumos da estrutura da formação profissional, sobretudo seu custeio na década seguinte, levaram à desidratação do sistema com baixa mobilização de empresas e baixo interesse dos jovens. A leitura de Karlsson, Lundh Nilsson e Nilsson (2018) é que o modelo proposto já não encontrava eco para a economia industrial sueca, o que pode ser coerente considerando as notórias transformações produtivas manifestadas na indústria automotiva em Kalmar e Uddevalla tendo início nos anos 1970 e que motivaram uma reestruturação econômica.

Entende-se que até então a estrutura de formação profissional sueca buscava assemelhar-se ao modelo de forte diálogo intersetorial existente na Alemanha. Porém, diferenças entre as economias dos países e antagonismo nas visões entre empregadores e empregados quanto a particularidades da política de formação não permitiram que o desenvolvimento da formação profissional tivesse o mesmo rumo. O cenário de estagnação da economia sueca e baixa adesão ao sistema de formação profissional motivaram reflexões ao longo dos anos 1960 durante o gabinete social-democrata:

A combinação de relações laborais tensas e uma forte vontade política para promover um sistema baseado na escola para o ensino profissionalizante no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 diminuiu drasticamente as possibilidades de empregadores e sindicatos participarem ativamente na educação profissional (KARLSSON, LUNDH NILSSON e NILSSON, 2018, p.43, tradução nossa).

É possível que o fomento governamental que buscou desestimular a competição por mão de obra entre as empresas, acarretando relativo

nivelamento salarial, alicerçou características do desenvolvimento industrial sueco pelo qual a formação profissional não tenha se tornado objeto de interesse por parte dos empregadores se comparado à Alemanha. Trata-se de uma forte diferença do cenário da formação profissional daquele país, pois os programas sustentados pelas empresas alemãs, contando com apoio dos sindicatos de trabalhadores, competiam com os programas de outros setores econômicos e mesmo entre as empresas de um mesmo segmento quanto à mobilização de recursos. Assim, o sistema de formação profissional alemão manteve-se regularmente atrativo aos jovens, revelando-se associado a uma economia em transformação, o que não se configurou no caso sueco.

Assim, o terceiro cenário histórico se dá a partir de 1971, quando é extinta a figura contratual do aprendiz e a formação profissional é radicalmente reestruturada, abolindo o caráter de despertar vocacional no ensino primário para que fosse integrada ao ensino secundário sueco em um projeto de qualificação público e robusto. De fato, o gabinete social- democrata de Olof Palme decide distanciar-se do modelo alemão e incorporar a formação profissional ao regime educacional do país, de forma que a formação profissional deixasse de ser um assunto de relações capital-trabalho, desmercantilizada e assumidamente como um tema para educadores públicos. Este sistema se manteve praticamente inalterado até a última década do século XX, quando é problematizado pelo gabinete liberal de Carl Bildt.

Adotando uma visão neoinstitucional, Arretche (1995) aponta que “os atores vinculados ao Estado e, mais especificamente, as burocracias podem formular e perseguir objetivos próprios, que não são um reflexo nem um subproduto dos interesses presentes e organizados na sociedade civil” (p.52), assim, compreende-se que o movimento de incorporação da formação profissional à estrutura educacional pública sueca foi menos um movimento de interesse dos trabalhadores organizados do que a capacidade de aprendizado social e interesse da própria burocracia estatal sueca para dar conta da situação de interesse nacional.

Tendo como base os fundamentos de Heclo (2010), a burocracia estatal sueca, analisando que a divergência de interesses entre sindicatos de trabalhadores e empresas não tinha como prosperar uma cooperação de interesse nacional, não observou outra saída senão estatizar a formação profissional dirigida aos jovens. Assim, entende-se que o aprendizado social da política resultou de uma síntese dos entendimentos entre a opinião pública e interesses organizados, bem como do nível de insulamento da burocracia estatal sueca para esta proposição, sem precedentes entre os países desenvolvidos europeus e entre os regimes social-democratas do continente. Por fim, a iniciativa na gestão Palme, ao seu modo, buscou convergir o direito social dos jovens de qualificar-se para o trabalho como elo entre economia e educação no Estado de Bem-Estar Social. Estatizada a formação profissional, para a burocracia estatal sueca ela não depende da concertação entre agentes para materializar-se com um bem público, posto que tornou-se desmercantilizada.

3. Considerações finais

Como questiona Pierson (2001), qual o desdobramento do choque entre a estabilidade promovida pelo Estado de Bem-Estar Social e as forças do pós-industrialismo? É possível argumentar que este choque já é passado, pois se fundamenta nas propostas da reforma da administração pública (POLLITT e BOUCKAERT, 2004) as quais motivaram choques nos três regimes. Os dados levantados evidenciaram que as políticas de formação profissional também precisaram de ajustes decorrentes a esta problematização, seguindo modelos de reformas incrementais da mesma forma como os Estados de Bem-Estar Social.

Pierson (2001) aponta um processo de reestruturação nos Estados de Bem-Estar Social caracterizado por três elementos: remercantilização, contenção de despesas e calibragem, os quais variam segundo prioridade na agenda pública. O autor esclarece que se o processo de desmercantilização é uma prestação de serviço ao cidadão pela qual ele consiga se sustentar

prescindindo do mercado, a remercantilização é o caminho inverso, restringindo acessos. No âmbito da contenção de despesas, por sua vez, assinala a necessidade de rever a estrutura orçamentária do Estado-provedor à luz da performance econômica. Por fim, sobre calibragem, aponta que as reformas acabam por ajustar os objetivos da provisão social, envolvendo maior racionalização e atualização de demandas.

Nos modelos liberais o processo mais enfático é a remercantilização, o que no caso das políticas de qualificação e requalificação para o trabalho apresentam oscilações que por ora enfatizam mais ou menos a responsabilidade do desemprego ao indivíduo. Uma vez que o *New Public Management* é influenciado pelo *ethos* dos meios e resultados da administração privada (POLLITT e BOUCKAERT, 2004), outros mecanismos associados à nova roupagem das visões liberais é a ascensão do investimento social privado como mecanismo patrocinador e até coordenador de ações que impliquem a mobilização de habilidades e competências de jovens e adultos para sua inserção e manutenção no mercado de trabalho (KERSTENETZKY, 2021). Neste caso, a remercantilização não se direciona ao indivíduo, mas reparametriza o ente financiador para fora do Estado. Mantém-se, no entanto, o paradigma de estigmatização, desta vez com as ações mais enfaticamente dirigidas aos públicos de maior interesse às estratégias de marketing social dos grandes patrocinadores com apoio do Estado, inclusive por meio de mecanismos de deduções via leis de responsabilidade social empresarial.

O modelo corporatista apresenta como maior característica no âmbito do objeto deste *paper*, o processo de contenção de despesas. Não à toa, ressaltou-se anteriormente que o modelo de formação profissional alemão, significativamente custoso, começa a problematizar a relação custo-benefício na virada para o século XXI. Para tanto, sistemáticas de parcerias inéditas entre empresas de portes distintos começam a ser desenvolvidas para compartilhamento de despesas. Articulações entre entidades sociais e escolas de formação profissional são implementadas para buscar respostas às necessidades de qualificação e requalificação em regiões pelas quais o

tradicional modelo tripartite não havia evoluído bem (como nos municípios da antiga Alemanha Oriental ou regiões desindustrializadas). Tendo como base a tipologia descrita por Pollitt e Bouckaert (2004) como os modelos de reforma da administração pública, é possível compreender que no modelo alemão predominou o que se entende por *New Public Governance*:

A Nova Governança Pública tentou ir além dos velhos argumentos entre o Estado e as empresas e mostrar que sociedades modernas complexas só poderiam ser efetivamente governadas por redes complexas de atores, oriundos do próprio governo, do setor de mercado e da sociedade civil. A ênfase estava em redes, parcerias e cooperação negociada, mas em última análise voluntária, não apenas competição ou burocracias iluminadas e profissionais (POLLITT e BOUCKAERT, 2004, p.23, tradução nossa).

Finalmente, o modelo social-democrata analisado, isto é, o modo sueco de formação para o trabalho é recalibrado, circunstância predominante, segundo Pollitt e Bouckaert (2004) no modelo de reforma da administração pública o qual denominam como *Neo-Weberian State*. Para tanto, o sistema básico de contratos de aprendizagem para os jovens retorna e o sistema educacional que abraçava amplamente o objetivo de formação integral do jovem sueco sem descompatibilização dos mundos da educação e do trabalho, recalibra seu objetivo para garantir a qualidade da educação básica e os centros teóricos de formação profissional, ainda que agregados ao sistema público de ensino, ao passo que as atividades práticas venham a ser assumidas pelas empresas que se dispuserem a contratar jovens na condição de aprendizes ou adultos requalificados, por meio de subsídios. Proibidade e continuidade mediante atenção de uma burocracia que mantém controle sobre a política pública seguem como característica predominante.

Há alguns elementos no âmbito dos ajustes que perpassam pelos três modelos analisados. As mudanças no processo produtivo e na economia dos países implicaram alterações na estrutura da divisão social do trabalho. Reflexo não somente das mudanças tecnológicas e organizacionais das empresas, estas mudanças subjazem novas expectativas em relação aos papéis sociais dos trabalhadores em uma economia pós-fordista e globalizada competitivamente.

Segundo Hirata (1994), uma das principais mudanças é a substituição da noção de qualificações pela de competências. Associada à crise do paradigma do posto de trabalho, implica a mobilização de saberes, técnicas e disposições para a resolução de problemas, de forma enxuta e objetiva. Esta alteração em curso desde o final dos anos 1970 nos Estados de Bem-Estar Social é reflexo dos paradigmas produtivos do toyotismo e de uma economia que transita cada vez mais a mesclar-se entre indústria e serviços. Inevitavelmente, os modelos de formação profissional reproduzem esta expectativa na medida em que fomentam aos trabalhadores sua qualificação e requalificação não mais para profissões ou até mesmo perfis polivalentes, mas predominantemente como agentes detentores de *hard skills* que lhe permitam o autoaprendizado sistemático (sendo eles mesmos responsáveis pela sua não desatualização) e *soft skills* pelos quais normalizam respostas psicossociais às situações de pressão as quais serão expostos.

O caráter sociológico do apontado nos dois parágrafos anteriores é uma característica dos rumos de evolução dos modelos de Estados de Bem-Estar Social na tentativa de administração de sua crise e no âmbito do reflexo em uma de suas políticas públicas, que é a formação profissional de trabalhadores. Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia têm adotado a estratégia de formação por competências independentemente do papel que a política pública venha a ocupar em seu modelo de Estado de Bem-Estar Social. Além disso, observa-se que elementos do *New Public Management*, *New Public Governance* e do *Neo-Weberian State* perpassam com maior ou menor ênfase pelas reformas nas políticas de formação profissional, dadas evidências em buscar maior administração dos resultados, parcerias público-privadas e transparência na construção das políticas.

Considerando que este *paper* se prestou a analisar criticamente as políticas públicas de formação profissional em três países representativos dos Estados de Bem-Estar Social europeus, segundo tipologia de Esping-Andersen (1991), compreende-se que o desenvolvimento destas políticas acompanhou características particulares na constituição dos Estados de Bem-Estar Social

analisados, e a evolução destes modelos e sua proposta de reforma também seguiu na mesma direção. Como citado na introdução, este estudo não comporta generalizações para os demais países que caracterizam as tipologias anunciadas, considerando *subclusters* particulares os quais apresentam variações dos modelos de políticas de qualificação e requalificação de trabalhadores. Este *paper* também não se prestou à análise das políticas públicas com vistas ao apontamento de maior ou menor eficácia, senão apontar que as opções de reformas são tributárias de processos históricos, as quais apresentam custos crescentes para implementar mudanças radicais ao longo do tempo, conforme aponta Pierson (2001) e, por conta disso, revelam-se predominantemente incrementais. A configuração de distintas políticas também revela agentes políticos distintos na condição de beneficiários das políticas públicas de formação profissional. Se na social-democracia a formação é vista como um direito social dos cidadãos, no modelo liberal a política pública carrega estigmas que rotulam seus beneficiários, ao passo que no modelo conservador, relaciona-se à construção de prestígio resultante da mobilização de grupos organizados.

Referências

ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do welfare state: teorias explicativas. **Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais**, n. 39, p. 3–40, 1995.

BUSEMEYER, Marius R.; NIKOLAI, Rita. Education. In: CASTLES, Francis G. et al. (ed.). **The Oxford handbook of the welfare state**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. Power and distributional regimes. **Politics & Society**, v. 14, n. 2, p. 223–256, 1985. DOI: 10.1177/003232928501400204.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 85–116, 1991.

GOMES, Candido A. da C. **Panorama mundial da educação profissional: desafios e respostas**. [S.l.: s.n.], 2015.

HECLO, Hugh. **Modern social politics in Britain and Sweden**. Colchester: ECPR Press, 2010.

HIRATA, Helena et al. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. v. 3. [S.l.: s.n.], 1994. p. 128–142.

HUBER, Evelyne; STEPHENS, John D. **Democracy and the left: social policy and inequality in Latin America**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

KARLSSON, Tobias; NILSSON, Fredrik L.; NILSSON, Anders. Vocational education and industrial relations: Sweden 1910–1975. **Nordic Journal of Educational History**, v. 5, n. 1, p. 27–50, 2018. DOI: 10.36368/njedh.v5i1.94.

KENWORTHY, Lane. Labour market activation. In: CASTLES, Francis G. et al. (ed.). **The Oxford handbook of the welfare state**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

KERSTENETZKY, Celia L. **Horizons of social democracy: social investment or transcending capitalism?** Rio de Janeiro: [s.n.], 2021. (Texto para Discussão, n. 157).

PETERS, Guy. **The politics of bureaucracy: an introduction to comparative public administration**. 5. ed. London: Routledge, 2001.

PIERSON, Paul. Coping with permanent austerity: welfare state restructuring in affluent democracies. In: PIERSON, Paul (ed.). **The new politics of the welfare state**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 410–456.

POLLITT, Christopher; BOUCKAERT, Geert. **Public management reform: a comparative analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

THELEN, Kathleen. **How institutions evolve: the political economy of skills in Germany, Britain, the United States, and Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TREVISAN, Leonardo. **Educação e trabalho: as receitas inglesas na era da instabilidade**. São Paulo: SENAC, 2001.

VELOSO, José R. P.; RODRIGUES, Marta M. A. Sistemas internacionais de aprendizagem profissional: uma análise comparativa em alguns países desenvolvidos e emergentes. **Boletim Técnico do SENAC**, v. 42, n. 1, p. 6–29, 2016.